



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 406/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**1- Processo TCE nº 10101/2013.**

**2- Assunto:** Prestação de Contas Anual.

**3-Órgão:** Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará – URUCARAPREV.

**4- Exercício:** 2012.

**5- Responsáveis:** Sr. Macário Góes da Silva (01/01/2012 a 01/04/2012) e a Sra. Walcilene Teixeira Ribeiro (02/04/2012 a 31/12/2012).

**6- Unidade Técnica:** DICERP– Informação Conclusiva nº 2/2015 (fls. 354/372).

**7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 738/2015-MPC-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 339/350).

**8- Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará. Exercício de 2012.

*Contas Irregulares. Multa. Alcance. Prazo. Notificação aos Interessados.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- À unanimidade:**

**9.1.1- Julgar irregular** a Prestação de Contas do Sr. **Macário Góes da Silva**, responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará entre 01/01/2012 a 01/04/2012, em virtude das seguintes impropriedades:

- Não comprovação da adequada utilização das diárias a ele concedidas;
- Ausência de documentos (Dispensa de Licitação n.º 001/2012 e 002/2012) na sede do RPPS de Urucará prejudicando a realização de inspeções por este TCE/AM e controle social;
- Não encaminhamento, no prazo estipulado, dos documentos previstos na Resolução n.º 08/11 – TCE/AM (Certificado de regularidade previdenciária – CRP, Comprovante do repasse e recolhimento ao RPPS dos valores decorrentes das contribuições, aportes de recursos e débitos de parcelamento, Demonstrativo



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 406/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

previdenciário, Demonstrativo do resultado da avaliação atuarial, Balancete mensal, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstrações de Variações Patrimoniais);

- Ausência de efetivo controle sobre os descontos realizados em folha de pagamento de aposentados e pensionistas;
- Não comprovação da regular gestão de despesas extra orçamentárias no valor de R\$ 11.330,39 registradas no Balanço Financeiro de fls. 25;
- Ausência de controle interno previsto no art. 18 da Portaria MPS n.º 402/2008;

**9.1.2- Multar o Sr. Macário Góes da Silva:**

- Em **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM, em razão das irregularidades descritas no item 9.1 deste Acórdão;

**9.1.3- Considerar em alcance** o Sr. **Macário Góes da Silva** para que, com fulcro no art. 306, III, do RI-TCE/AM, devolva ao erário municipal **R\$ 6.150,00** em virtude da não comprovação de regular utilização das diárias a ele concedidas (item 12.3.2 do Relatório Conclusivo n.º 9/2013-DICERP RPPS – MUNICÍPIO DE URUCARÁ);

**9.1.4- Julgar irregular** a Prestação de Contas da Sra. **Walcilene Teixeira Ribeiro**, responsável pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Urucará entre 02/04/2012 a 31/12/2012, em razão das seguintes impropriedades:

- Não encaminhamento, no prazo estipulado, dos documentos previstos na Resolução n.º 08/11 – TCE/AM (Certificado de regularidade previdenciária – CRP, Comprovante do repasse e recolhimento ao RPPS dos valores decorrentes das contribuições, aportes de recursos e débitos de parcelamento, Demonstrativo previdenciário, Demonstrativo do resultado da avaliação atuarial, Balancete mensal, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstrações de Variações Patrimoniais);
- Utilização de designação genérica vedada pela NBC T.16.6, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008;
- Não comprovação da regular gestão de despesas extra orçamentária no valor de R\$ 11.330,39 registradas no Balanço Financeiro de fls. 25;



**Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 406/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

- Ausência de controle interno previsto no art. 18 da Portaria MPS n.º 402/2008;

**9.1.5- Multar a Sra. Walcilene Teixeira Ribeiro:**

- Em **R\$ 8.768,25** (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e em razão das irregularidades descritas no item 9.4 deste Acórdão; cinco centavos), com fulcro no art. 308, VI, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM,

**9.1.6- Fixar prazo de 30 (trinta) dias** para que o Sr. **Macário Góes da Silva** e a Sra. **Walcilene Teixeira Ribeiro** recolham, em favor do erário estadual, os valores inerentes às multas aplicadas e, em benefício do erário municipal, o valor do alcance ora estipulado ao primeiro gestor;

**9.1.7- Autorizar**, desde já, instauração de cobrança executiva em caso de não recolhimento dos valores no prazo fixado;

**9.1.8- Determinar:**

- À Prefeitura Municipal de Urucará que observe, na elaboração do inventário de bens móveis do RPPS de Urucará, o art. 94 da Lei n.º 4.320/64 e realize, em respeito ao art. 126 da Constituição Estadual, efetivo controle interno sobre o RPPS de Urucará;
- Aos gestores responsáveis pela administração do RPPS de Urucará durante o exercício de 2012 que observem, a fim de que as irregularidades inerentes a cada um não se reitem, os dizeres da Portaria MPS n.º 402/2008, da Resolução n.º 10/12 – TCE/AM, da Resolução n.º 08/11 – TCE/AM, da Resolução n.º 05/08 – TCE/AM (art. 9º e incisos), da NBC T 16.6, do princípio da segregação de funções, que mantenham, na sede da entidade previdenciária, os documentos a ela pertencentes e, por fim, ajam com transparência em relação às despesas de caráter extra orçamentário;

**9.1.9- Notificar os interessados**, Sr. **Macário Góes da Silva**, a Sra. **Walcilene Teixeira Ribeiro**, seus respectivos patronos e a Prefeitura Municipal de Urucará, para que tomem ciência do julgamento proferido por este Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

**9.2- Por maioria multar:**



**Estado do Amazonas**  
**TRIBUNAL DE CONTAS**

**ACÓRDÃO Nº 406/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.2.1-** O Sr. **Macário Góes da Silva**, em **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM, em virtude da remessa intempestiva de dados por meio do sistema ACP referentes aos meses de janeiro e fevereiro perfazendo para cada mês em que se observou o atraso R\$ 1.096,03 de sanção pecuniária;

**9.2.2-** A Sra. **Walcilene Teixeira Ribeiro**, em **R\$ 6.576,18** (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), com fulcro no art. 308, II, da Resolução n.º 04/02 – TCE/AM, em virtude da remessa intempestiva de dados por meio do sistema ACP referentes aos meses de abril, maio, junho, julho, agosto e setembro perfazendo, para cada mês em que se observou o atraso, R\$ 1.096,03 de sanção pecuniária;

*Vencido o Voto-Destaque do Exmo. Senhor Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou pela Inaplicabilidade de multa por atraso no ACP.*

**10- Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 04 de Maio de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

**12.1- Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral